

**MARCO ZERO DA IDENTIDADE E DA VIOLÊNCIA: CONFLITOS ENTRE
MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA DE 1932 EM SÃO
PAULO**

CARRERI, Marcio Luiz

UENP - Universidade Estadual do Norte do Paraná

carreri@uenp.edu.br

RESUMO

Esse texto é sobre o conflito conhecido como “Revolução Constitucionalista de 1932”. O movimento traduziu-se, de imediato após a sua ocorrência, em representação da memória do vencedor, no caso o Governo Vargas, que investiu em um discurso que apregoava aos paulistas o caráter separatista, conservador e oligárquico. Na sua contraparte, as elites de São Paulo, amparadas em uma monumental historiografia, investiram para produzir uma outra narrativa, de celebração cívica ao 24 de julho, feriado estadual, como um marco de resistência a um poder central autoritário e inconstitucional. O artigo apresenta estratégias de construção da memória oficial sobre o evento e os limites da crítica historiográfica, além das diversas posições políticas sobre o conflito, de autoridades, políticos, literatos e, entre eles, Oswald de Andrade, e sua interpretação sobre a Guerra Paulista.

Conflitos de Identidade

A década de 1930 marca a emergência do moderno, com projetos postos em disputas e as identidades forjadas, sendo a mesmas redefinindo-se num ritmo acelerado, em um valor fundamental da modernidade (SAWAIA, 2001, p. 121). Episódio constantemente revisitado na recente história política de São Paulo, o movimento de 1932, conhecido como “Revolução Constitucionalista”, como resultado dos frementes anos 20 (SEVCENKO) e da revolução de 1930, nasceu e não se desvencilhou do signo da contradição em si. Primeiro em relação ao título que o anuncia, “revolução”; e segundo, na própria tentativa de construção de sua referência identitária, antes, durante e

depois da “guerra”, elemento utilizado como motivação para os apoiadores e combatentes, e para os populares, em disputas pela memória.

Empregado sempre de maneira enfática, muito em função da retórica política e menos em função de seus resultados práticos, o termo “revolução” é variável e, segundo Koselleck (2006), a imprecisão conceitual é tão grande que poderia vir a ser um clichê. No caso do movimento de 32, o termo foi empregado como contraponto à outra, a de 1930, e como contribuição a 1937, apresenta alguns paradoxos.

O movimento, transformado em guerra, e sua memória, transformada em narrativa, tomaram de empréstimo do domínio da política o conceito de revolução, que, no caso, contraditoriamente, aponta para um sentido contrário que o termo sugere, quando se pretende algo que esteja dentro da *ordem*, no caso a luta por uma Constituição, não à toa, o que deu o nome ao movimento, em uma luta pela restituição da normalidade, na perspectiva do tempo progressivo, carregado de positividade.

Segundo Florestan Fernandes (1984), o uso das palavras traduz relações de dominação. O contrassenso é evidente, como a pretensão de se configurar como um pensamento hegemônico, nas disputas com outras oligarquias a condução do Estado e do país. O movimento defendia, com o aporte do discurso, um caráter harmônico para a sociedade paulista, conseguindo, assim, uma unicidade de suas oligarquias (BORGES, 1997) e reivindicou, desde o seu princípio, um caráter homogêneo, de união e coesão social, para além das classes e seus conflitos de interesses. Identidade que, demonstrou Sawaia, *esconde negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização das diferenças* (2001, p. 123).

Engendrado para produzir sentido de um movimento identitário do povo de São Paulo, plural de povo não cabe nessa lógica, a ideia parte também de uma construção histórica, para produção de memória. As datas dos principais eventos, como as primeiras manifestações de descontentamento com o governo central ocorreram nas comemorações do 378º aniversário da cidade, nos comícios de 25 de janeiro de 1932, na praça da Sé, com discursos e panfletos que reivindicavam a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Em outra ocasião, agora no dia 23 de maio, em uma manifestação, quatro estudantes foram mortos por tropas federais, “morrendo por um ideal”. A junção das

iniciais dos seus nomes formou a sigla MMDC (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo), utilizada em cartazes, discursos, manuais de guerra e fardas dos voluntários.

Intitulado “Frente Única”, concentrava todos os esforços sociais e econômicos em prol de um único objetivo, isto é, a reconquista do poder oligárquico, perdido e reivindicado, principalmente pelo isolamento causado pelas pautas sociais assumidas pelos tenentes, reivindicado pelos comunistas e implementadas pelo Estado varguista.

Sentimento carregado de regionalismo, também por isso um conflito que se deu dentro e nos limites do Estado de São Paulo, em guarda contra um país, em um conflito aberto entre paulistanidade, que Martins Fontes chamou, em 1957, de Paulistânia, ambos sucedâneo do bandeirantismo, contra um sentimento mal ajambrado de brasilidade, algo que o povo de São Paulo, inclusive, contribuiu para a construção. A participação dos paulistas e paulistanos, sua elite política, intelectual, econômica, religiosa e popular, como não poderia deixar de ser, deu evidência às diferenças e principalmente às contradições que apresentamos, e as ampliou. Inaugurada na modernidade paulista, povo heterogêneo formado por povos desenraizados de todo o Brasil e muitas partes do mundo, *fenômeno estudado num aglomerado onde todas as raças se chocam* (ANDRADE, 1990, p. 76) a pergunta sobre qual a identidade do paulista na década de 20 foi assim pensada por Sevcenko:

Não era uma cidade nem de negros, nem de brancos e nem de mestiços; nem de estrangeiros e nem de brasileiros; nem americana, nem européia, nem nativa; nem era industrial, apesar do volume crescente das fábricas, nem entreposto agrícola, apesar da importância crucial do café; não era tropical nem subtropical; não era ainda moderna, mas já não tinha passado" (SEVCENKO, 1992, p.31).

Conceitos sociológicos e construções literárias

Há um ineditismo histórico vinculado a essa historiografia, fato histórico estabelecido, pois a memória dos vencidos se sobrepôs, no campo da cultura, à dos vencedores da guerra. A derrota de 1932 contribuiu para o processo de fundação da USP, reconhecida como a maior do país, e, principalmente, a produção de memória por parte destes que lograram uma derrota no movimento. Aureliano Leite, por exemplo, digno representante da elite paulistana na organização do conflito e na produção da memória¹, listou, em artigo para a Revista de História da USP, 600 títulos sobre o conflito, sendo a ampla maioria laudatórios de participantes da Guerra, testemunhos e discursos de parlamentares sobre a “epopeia paulista”. A abundância memorialística do evento foi registrada por Áureo de Almeida Camargo². Em 1972, nas comemorações do cinquentenário do conflito, historiografou a produção sobre o período, em artigo intitulado *Roteiro 1932*. Listou, em 58 páginas, 420 autores e 794 obras sobre o levante, entre os primeiros escritores, jornais, instituições, associações, dezenas de batalhões, delegacias, grupos escolares e, entre os segundos, livros, reportagens, manifestos, relatos, boletins, poesias, moções e discursos.

Mesmo Florestan Fernandes, em artigo escrito para o Arquivo Municipal de São Paulo, no ano de 1949, de título “A Revolução Constitucionalista e o estudo sociológico da guerra”, analisa um diário de um ex combatente, Paulo Duarte, publicado dois anos antes com o título *Palmares pelo Avesso*, uma descrição “viva e dramática” de sua participação nos combates do Destacamento Leste, na região do Vale do Paraíba. Fernandes resenha sobre, segundo ele, “uma rica fonte primária da guerra” e faz uma

¹ Formado nos quadros da Largo de São Francisco, Leite compôs a direção da OAB, foi membro da Academia Paulista de Letras e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Integrou a direção do MMDC, organização que teve papel central na estratégia e coordenação do levante, tornou-se deputado constituinte em 1934 e, depois da queda do fim do Estado Novo, novamente constituinte em 1946. São 13 obras sobre a “Revolução”, assinadas por Aureliano Leite, até o ano de 1961. In: LEITE, A. Bibliografia da Revolução Constitucionalista. Revista de História da USP. No 51 – 1962. Na mesma edição da Revista, saiu um segundo artigo de sua autoria, intitulado “Causas e Objetivos da Revolução de 1932”.

² Então estudante de Direito no Largo de São Francisco, local do Comando do MMDC e de alistamento dos voluntários, o combatente Aureo de Almeida Camargo participou do Batalhão 14 de Julho, com atuação na região sul de São Paulo, fixando-se em Itararé, cidade de fronteira, com a “missão” de conter as tropas federais que vinham do Rio Grande do Sul e Paraná. Autor de “A Epopeia” publicado em 1933, sua visão sobre o acontecimento e o cotidiano dos soldados na região.

análise sociológica do conflito, mas acaba por contribuir, com seus estudos, para as comemorações dos 20 anos da contenda.

A partir das inovações trazidas pelos literatos sobre a Guerra, entendemos que a violência não foi apenas empregada, com legitimidade, durante a guerra³, mas também se faz no processo de construção do silêncio, sendo as camadas populares, que voluntariamente participou, como também das frutíferas tentativas de forjar uma identidade de paulista a partir do Estado, que pode também ser dimensionada nos processos de construção de legitimidade e pretensa homogeneidade, mas também de exclusão e obliteração que afasta os que se opõe ou fica indiferente.

E ninguém ficou indiferente naqueles três meses de confrontos. Os escritores e artistas modernistas, dez anos depois da Semana de Arte Moderna, possuindo um capital cultural considerável, tomaram partido da Guerra Paulista. A campanha “Ouro para o Bem de São Paulo”⁴, contou com o apoio da Igreja Católica, rádios e jornais do Estado, incentivando a classe média e os populares a doarem ouro para a causa de São Paulo, inclusive alianças pessoais, com o assentimento dos padres e bispos. Diversos modernistas engajaram-se nas mobilizações, como Alcântara Machado, Anita Malfatti, Paulo Duarte e escritores como Monteiro Lobato e Couto de Barros. Mario de Andrade, filiado ao Partido Democrático (PD) e Menotti Del Picchia, do Partido Republicano Paulista (PRP), tiveram participação mais ativa.

O autor de Macunaíma relata sua contribuição para a citada campanha: “Ouro de tudo. Bronzes, metais, só não demos o indispensável da casa e os meus três Brecherets (SANTOS & MOTA, 2010, p. 36). O entusiasmado Del Picchia, conclamou “Paulistas,

³ O Obelisco Mausoléu conta 700 paulistas mortos na Guerra Civil, não considerando muitos populares que não constam em listas e centenas das tropas legalistas que tomaram, além de outras centenas de feridos em diversas fronteiras de conflito.

⁴ Campanhas fazem escola. Em 1964, após o Golpe, no governo de Castelo Branco, o grupo de mídia comandado por Assis Chateaubriand lança, em São Paulo, a campanha “Ouro para o bem do Brasil”, para “ajudar” o governo a superar a crise econômica.

vós que tendes corações de ouro, daí ouro a São Paulo. Dai ouro à terra que vos deu a vida. Paulistas! Devolvi um pouco do tudo que São Paulo vos deu!” (Idem, p, 41).

Por meio de uso intenso de mecanismos de persuasão via propaganda, uma vez que a grande imprensa paulista, como os jornais como O Estado de São Paulo, Folha da Manhã, A Gazeta, além de rádios da capital e do interior, os populares se aproximavam do movimento, alimentados por um sentimento difuso de excepcionalidade paulista dos bandeirantes modernos⁵, que se uniam “por São Paulo”, escamoteando diferenças, crises, conflitos e classes sociais. Na distribuição das tarefas juntos aos esforços da guerra, aos intelectuais couberam a colaboração em campanhas e postos de alistamento, na criação, edição e distribuição de panfletos com a propaganda da Liga de Defesa Paulista⁶.

O jornalista Octávio Frias de Oliveira, explica as motivações de sua participação voluntária, comum de muitos jovens de elite da época: “*Foi uma histeria coletiva em São Paulo, todo mundo se alistou. Eu não acreditava naquela revolução, achava que nós íamos perder, mas a pressão era tão grande que eu resolvi me alistar também, para desespero de meu pai, que não queria que eu fosse de jeito nenhum (...)*. (SANTOS & MOTA, 2010).

Nem todos os modernistas paulistas fizeram coro com o movimento de guerra. Afonso Schimidt, colaborador de jornais operários como A Lanterna, A Plebe e A Vanguarda e participante do Grupo Zumbi, experiência efêmera de sociabilidade literária anarquista, entendia de outro modo a empresa da guerra e seus personagens. Em, *Locomotiva – a outra face da revolução de 1932*, o autor, citado por Capelato (p. 58), assim referiu-se ao povo simples em relação à Guerra Paulista:

⁵ Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, em um arraigado positivismo de sua época, assim se referiu aos mamelucos audazes: “o paulista - e a significação histórica desse nome abrange os filhos do Rio de Janeiro, Minas, São Paulo e regiões do sul – erigiu-se como um tipo autônomo, aventureiro, rebelde, libérrimo, com a feição perfeita de um dominador de terra, emancipando-se, insurreto, da tutela longínqua, e afastando-se do mar e dos galeões da metrópole, investindo com os sertões desconhecidos, delineando a epopeia inédita das “Bandeiras”... (CUNHA, E, 1989, p. 71).

⁶ A Liga de Defesa Paulista, sob a orientação do Comando Supremo do Exército Constitucionalista, criou o *Jornal das Trincheiras*, que publicou, a partir de 1932, treze números, como “órgão oficial” da Revolução, distribuído no *front*, teve Guilherme de Almeida como redator-chefe. A redação localizava-se na Rua Barão de Itapetininga, região central da cidade, contava com a colaboração de intelectuais próximos ou vinculados à Frente Única. Com o objetivo de informe e incentivo aos combatentes, utilizava-se de tons ufanistas e triunfantes com a colaboração de diversos intelectuais, entre os quais, Mario de Andrade.

Havia receios, principalmente do povinho nas ruas, trabalhado por agentes subversivos. Imagine se a escumalha, sem rei nem roque, leva a sério essa pantomina de revolução? Que faremos nós que temos alguma coisa a perder ou a ganhar, para arrancar os fuzis e as metralhadoras de suas garras? Já pensou no perigo de uma patuleia.

O voluntarismo do alistamento foi narrado dessa forma por Oswald de Andrade, em *Marco Zero*: “Aonde é a Casa do Sordado?... Eu me alistei por causa da bóia” (ANDRADE, 1978, p. 160). Em outra passagem, em resposta à pergunta retórica da propaganda “Onde estão os voluntários paulistas”, Oswald assim descreveu a situação dos bravos guerreiros de São Paulo:

Epaminondas apontou com um gesto. Ele aproximou-se e deu de cara com duas dúzias de homens murchos e amuados que se vestiam os mais desconexos resíduos da indumentária paisana. Desmoralizava-os uma atitude de displicência, cinismo e miséria. Estavam jogados na barranqueira. Uns de braços no chão de capim, outros deitados de cara para o céu, outros, os mais numerosos, sentados, o queixo nas mãos, as pernas dobradas. Ninguém se mexeu (Ibidem, p. 165-166).

Dentre os importantes interpretes do movimento de 32, dando a ele um aspecto literário, político e histórico foi Oswald de Andrade. O escritor paulistano, envolvido naquele contexto, idealizou, no começo da década de 1940, um grande projeto para entender a Guerra e a história do Brasil do começo do século XX, sob o ponto de vista dos trabalhadores. Denominado *Marco Zero*, chamado por ele de “comício de ideias” Oswald pensou sua execução em 5 volumes, sendo: *A Revolução Melancólica*, *Chão*, *O Beco do Escarro*, *Os Caminhos de Hollywood*, e *A Presença do Mar*. Publicou somente dois volumes, o primeiro sobre a Guerra de 32.

Enquanto a guerra acontecia, Oswald percorria o interior, litoral e capital do Estado colhendo impressões e memórias das pessoas simples e latifundiários. A questão da terra, objeto de disputas entre posseiros e grileiros assassinos associados aos coronéis

é o tema do primeiro capítulo, além da difícil vida dos pequenos produtores que perdem suas propriedades.

Problemas familiares das pessoas simples, como a fome e tétano; conflitos conjugais, preconceitos raciais, a ocupação dos bairros populares por migrantes pobres e ricos. A Revolução afeta a todos os personagens e os cenários nos campos de batalhas não são nada animadores. Oswald, já filiando ao Partido Comunista, defende a tese de que o levante como consequência da derrocada do café, por representar uma revolta da elite de São Paulo, em uma tentativa de recuperar o poder perdido com a Revolução de 1930. Mesmo pouco citada e quase esquecida, a crítica oswaldiana sobre o acontecido ainda não foi superada pela historiografia.

Memória Oficial x Historiografia Crítica

Efeméride que não tardou a surgir, dos gabinetes para as editorias e ruas de São Paulo. Sufocada no período do Estado Novo (1937-1945), as comemorações dos vinte anos do conflito marcam a oficialização da memória dos combates e dos combatentes. Uma série de eventos se repetiram nas comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo em 1954, e novamente em 1957, no Jubileu de Prata do início dos combates, com previsão de inauguração do monumento-mausoléu, em homenagem aos que tomaram em 1932. Nesse novo momento, inicia-se um processo de construção identitária, com os monumentos e comemorações, inaugura-se uma nova tradição, pois “inventam-se tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quando do lado da oferta”. (HOBSBAWM & RANGER, 1997, p.12).

A historiografia crítica composta a partir das produções do PCB, intelectuais progressistas e os revisionistas da Academia, por seu turno, minoritária, produziu uma vertente importante de análise para a reinterpretação daquele importante movimento. O Partido, no calor dos acontecimentos, olhava a guerra paulista com ceticismo, percebia o jogo das elites de São Paulo, mas, por outro lado, não se filiava à política varguista de cooptação de classe com a inauguração das leis para os trabalhadores urbanos. Maria

Helena Capelato (1981), Hilton Stanley (1982), Holien Bezerra (1988), Vavy Pacheco Borges (1997) e Jeziel de Paula (1999) reveem, com muita qualidade, a leitura construída e refaz a trajetórias dos ídolos e mitos. Esse conjunto de produção inovou nos aspectos de ampliação do escopo da história política e cultural, mas não foi suficiente para modificar substancialmente a memória estabelecida.

Para Capelato, em *O Movimento de 1932 – A Causa Paulista*, aquela luta, sugerida no subtítulo, era a marca de São Paulo, que investiu em um discurso que reativou *a versão especializada do binômio atrasado/adiantado, que nos anos anteriores já imprimira sua marca na ideologia da classe dominante paulista*. Nesse sentido:

Através desse imaginário, São Paulo representava o moderno, em oposição aos outros Estados (do Norte e Nordeste principalmente), expressões do atraso. Embasados nas teorias evolucionistas e nas doutrinas organicistas, justificavam as diferenças regionais e apontavam o caminho a ser seguido para vencer o atraso (CAPELATO, 1981, p. 53).

A autora refere-se a ideia de “locomotiva”, termo inventado nos anos 20, potencializada em 1932, que a colocaria “nos trilhos”. Bem edificado, o mito está presente nos nossos dias⁷.

Há um contra ofensiva em reação a essa historiografia. Em 1992, durante o governo de Fleury Filho, foi produzido um documentário denominado “32, a Guerra Civil”, produto para as comemorações dos 90 anos da Revolução Constitucionalista, com financiamento do Banespa, então banco estatal. Projeto de André Singer com produção de Cláudio Kahns, apresenta uma frase emblemática na fala de Paulo Sérgio Pinheiro: “*a esquerda deverá fazer as pazes com a revolução de 32*” e conta com falas contundentes de Boris Fausto e José Murilo de Carvalho, este último caracterizando o movimento como federalista, civilista e liberal.

⁷ Uma campanha publicitária do atual governo do Paraná, alude a um celeiro do mundo e a uma suposta *locomotiva* do país, emprestando o termo consagrado do Estado vizinho.

Ainda contra o argumento separatista, na virada do século, nas comemorações dos 70 anos do evento, o historiador Hernani Donato enfatiza em seu livro “1932: História da Revolução de 32”, o caráter nacional da Revolução Constitucionalista e reafirma a luta de São Paulo contra a ditadura, além de esforçar-se em demonstrar o alcance para além de São Paulo da guerra paulista.

Em 2010, Marco Antonio Villa publica o livro “A Revolução de 1932: Constituição e Cidadania” e “1932: Imagens de uma Revolução” ambos pela Imprensa Oficial de São Paulo, antecipando o aniversário de 80 anos da Guerra. No primeiro, o conhecido historiador desloca o assunto da perspectiva de reação pela perda de poder da oligarquia cafeeira e reivindica para o evento a luta pela democracia contra a ditadura e no segundo retrata o cenário paulista da época com fotos, jornais, artefatos bélicos e diversas fontes da época.

Francisco Quartim de Moraes, ponto fora da curva, em livro de 2018, pesquisou as inconsistências cronológicas do levante, apontando as questões complexas que escondiam o apelo constitucionalista. Segundo ele, as motivações da historiografia não encontra eco na materialidade cronológica das fontes.

Revolução na memória e na identidade, a Guerra Paulista foi um levante dentro da ordem, uma contradição que termina em conciliação das elites paulistas e do governo Vargas, e um saldo de mortos e esperanças frustradas. Para Oswald de Andrade, *os caipiras haviam se levantado*.

Referências:

ANDRADE, Oswald. **Marco Zero I: A Revolução Melancólica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

----- . **Os Dentes do Dragão: Entrevistas**. São Paulo: Globo, 1990.

BORGES, Vavy Pacheco. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

CAMARGO, Aureo de Almeida. **A Epopeia**. São Paulo: Saraiva, 1933.

CAPELATO, Maria Helena. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História)

DONATO, Hernâni. **A Revolução de 32**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

FERNANDES, Florestan. **Leituras & Legados**. São Paulo: Global, 2010.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (org.) **A Invenção das Tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

MORAES, Francisco Quartim. **1932 – A História Invertida**. São Paulo: Anita Garibaldi 2018.

PAULILLO, M. C. R. A. **Tradição e Modernidade**. Afonso Schmidt e a Literatura Paulista. São Paulo: Ananblume: Fapesp: Unifiteo, 2002.

HILTON, Stanley E. **A Guerra Civil Brasileira: história da Revolução Constitucionalista de 1932**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

SANTOS, M. C. & MOTA, A. **São Paulo 1932: Memória, Mito e Identidade**. São Paulo: Alameda, 2010.

SAWAIA, Bader (org.) **As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.